

## As relações do Brasil com os países do Oriente Médio

RODRIGO DO AMARAL SOUZA<sup>1</sup>

### Considerações Gerais

Quando se fala em Oriente Médio no Brasil, pensa-se, em geral, nos países árabes. Há que ressaltar ser esta visão incompleta, visto que a região abrange, além dos países árabes, o Irã, país étnica e culturalmente diferenciado de seus vizinhos árabes, e também, a partir de 1948, o Estado de Israel.

Os países árabes sempre exerceram uma especial atração sobre os brasileiros: seja por serem povos de antiga história, quando comparados com a jovialidade da nação brasileira; seja pelos contrastes que as culturas associadas ao deserto, como aquelas moldadas pela civilização árabe, apresentavam para habitantes de uma terra com quadro natural bastante diverso.

No caso árabe, a fascinação brasileira pelo diferente somam-se estreitos laços de afinidade. O Brasil identifica-se com o mundo árabe por duas razões principais: a primeira, a forte influência da civilização árabe na conformação das culturas ibéricas e, portanto, na constituição de uma das raízes formadoras da nação brasileira, a raiz europeia de base portuguesa; a segunda, a importância da imigração árabe na composição de nossa população, sua participação relevante nos hábitos e costumes brasileiros e sua inestimável contribuição, nos mais diversos campos de atividade, para o desenvolvimento nacional. O elemento árabe, apesar do distanciamento cultural originário, revelou uma capacidade de adaptação notável à vida brasileira.

No plano dos valores humanos, há também pontos a ressaltar. O Islã, em sua época de grandeza civilizacional, caracterizou-se por uma tolerância que o destacava em face do obscurantismo medieval europeu. Foi sua capacidade de absorção de influências culturais diversas que estimulou o desenvolvimento do conhecimento e das ciências, da filosofia à matemática, numa intensidade desconhecida no Ocidente desde a época clássica. Foi na verdade, em grande medida, graças à civilização árabe que a herança greco-romana pôde ser conservada pelo mundo civilizado e posteriormente reavivada no Renascimento europeu. Essa vocação da expansão árabe no mundo compara-se, hoje em dia, à propensão da cultura

brasileira por absorver o diferente, incorporando e moldando as novidades a suas necessidades e tendências.

Tais vínculos histórico-afetivos, com matriz sócio-familiar, caracterizam fundamentalmente as relações do Brasil com países do Mediterrâneo Oriental (Síria, Líbano, Israel e Palestina) e conferem ao Brasil grande potencial de credibilidade na região. Acrescente-se a este fator, para a descrição do perfil resultante da corrente migratória médio-oriental para o Brasil, o exemplo modelar de tolerância e respeito que se depreende da convivência pacífica entre as mais diversas comunidades estrangeiras residentes no Brasil, incluídas aquelas árabe e judaica.

Além de credibilidade, o Brasil se beneficia igualmente no Oriente Médio de alto grau de insuspeição, decorrente dos princípios basilares que sempre nortearam nossa atuação externa, a exemplo da tradição pacifista do Brasil; sua política externa universalista; a defesa da não-ingerência em assuntos internos de outros Estados e da solução pacífica de controvérsias; a promoção do multilateralismo e da observância das decisões emanadas dos organismos internacionais; e a aptidão brasileira à promoção da paz e da cooperação entre os povos.

Além do fato de comportar em sua população uma significativa comunidade de ascendência árabe (a qual, com seus descendentes, constitui o maior agrupamento de origem árabe fora do Oriente Médio), circunstância que torna o Brasil um país diferenciado na visão dos povos que habitam as regiões de origem dos ancestrais da vasta comunidade árabe-brasileira, o posicionamento equilibrado da diplomacia brasileira tem contribuído para acumular capital político e para fortalecer a simpatia que os países do Oriente Médio nutrem pelo Brasil.

No âmbito político, o Brasil e os países árabes valorizam os princípios do respeito à soberania nacional e à autodeterminação dos povos, assim como a necessidade do acatamento do Direito internacional e da manutenção da ordem e da segurança, com a preservação do papel reservado à Organização das Nações Unidas, alicerce indispensável da legitimidade internacional.

Por outro lado, a presença histórica de comunidades judaicas no Brasil, desde os tempos coloniais, reforçada nos séculos XIX e XX com levas de imigrantes judeus oriundos da Europa, configura importante fator de aproximação entre Brasil e Israel. Hoje vivem no Brasil cerca de 120 mil judeus, uma das dez maiores colônias judaicas no mundo e a segunda na América Latina, superada apenas pela argentina.

### O Oriente Médio e a diplomacia brasileira

A região é constituída por treze países e uma nação, organizada em torno da Autoridade Nacional Palestina, ainda não constituída como estado soberano. Essa região é composta pelos seguintes Estados: Arábia Saudita, Bareine, Catar, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Irã, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Omã e Síria.

<sup>1</sup> Rodrigo do Amaral Souza é Ministro de Segunda Classe da carreira de diplomata. Chefiou, desde março de 2005, a Divisão do Oriente Médio-I do Ministério das Relações Exteriores.

Desses treze países, sete são monarquias e seis repúblicas. A Autoridade Nacional Palestina, representante do povo palestino nos territórios ocupados por Israel, constitui o núcleo administrativo do futuro Estado palestino, que também deverá constituir-se em república.

Nessa região, o Brasil tem embaixadas residentes em 12 países, sendo que a embaixada em Bagdá, desativada desde o final da Guerra do Golfo, em 1991, encontra-se em processo de reativação. Mantemos relações diplomáticas com todos aqueles países, sendo as relações com o Bareine mantidas através da embaixada no Kuwait; e com Omã e o Iêmen pela embaixada em Riade. As relações com a Autoridade Nacional Palestina têm-se intensificado, sobretudo com a criação do Escritório de Representação em Ramallah, operacional desde outubro de 2004.

As relações diplomáticas com o Irã e as relações consulares com o Líbano são as mais antigas. O estabelecimento de relações com o Irã completou cem anos em 2003, ao passo que as relações com o Líbano datam da década de 1920.

Com os demais países as relações diplomáticas são mais tardias, aquelas com a Síria e Israel da década de 1940, com a Jordânia dos anos 50, com a Arábia Saudita, o Iraque e o Kuwait da década de 1960 e com os demais países dos anos 70 e 80.

A presença do Brasil no Oriente Médio faz-se sentir não somente na região do Levante, mas também nos países do Golfo Pérsico. A recente elevação do perfil diplomático do Brasil no Oriente Médio recebeu forte impulso a partir da atribuição de caráter prioritário pelo Governo Lula às relações do Brasil com aquela região. Iniciativas concretas recentes têm dado sustentação a esse salto de qualidade no relacionamento do Brasil com o Oriente Médio, tais como, entre outras:

a) a intensificação de visitas de altas autoridades, muitas delas em caráter pioneiro. Em dezembro de 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou cinco países árabes: a Síria, o Líbano, os Emirados Árabes Unidos, o Egito e a Líbia. Foi a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao Oriente Médio desde aquela realizada pelo Imperador Dom Pedro II, em caráter privado, ao Egito, Líbano, Síria e à Terra Santa (Palestina), em 1876,

b) o ineditismo da realização em Brasília, em maio de 2005, da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos países sul-americanos e árabes (Cúpula ASPA). A Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA) constituiu encontro internacional pioneiro, que buscou, fora da programação regular de trabalho das Nações Unidas, a aproximação de duas regiões de dimensões continentais do mundo em desenvolvimento. A proposta fundamental da Cúpula consistiu em promover um mecanismo de integração birregional e em estimular a aproximação de duas regiões com afinidades históricas, que enfrentam desafios semelhantes em relação à promoção do desenvolvimento e compartilham interesses e objetivos comuns

em suas atuações externas, em particular no que se refere ao fortalecimento do multilateralismo. Foram examinados durante a Cúpula temas de cooperação econômica e comercial; cooperação cultural; cooperação científico-tecnológica; coordenação em fóruns multilaterais econômicos e comerciais e colaboração em temas de desenvolvimento e sociais. O Governo brasileiro vem estimulando a realização de atividades de difusão cultural e cooperação intelectual, no contexto das atividades de seguimento da cúpula ASPA;

c) a criação, no organograma do Ministério das Relações Exteriores, de Departamento voltado especificamente ao acompanhamento dos assuntos referentes ao Oriente Médio;

d) a abertura, em 2005, de embaixada residente, em Doha (Catar). Reforçamos, recentemente, a assistência às comunidades brasileiras residentes no mundo árabe com a ampliação da rede de atendimento no exterior, mediante a criação do Consulado-Geral em Beirute. No final de 2004, foi aberto Escritório de Representação em Ramallah, na Cisjordânia (Territórios Palestinos). O Escritório, oficialmente criado em setembro de 2004, tornou-se a segunda representação latino-americana naquela cidade, precedida apenas pela do Chile;

e) a reativação gradual da Embaixada do Brasil em Bagdá, mediante a acreditação de Embaixador junto ao Governo do Iraque, com residência temporária em Amã;

f) a criação, em maio de 2004, do cargo de Embaixador Extraordinário para o Oriente Médio, ocupado, desde então, pelo Embaixador Afonso Celso de Ouro-Preto; e, por fim,

g) o estreitamento dos vínculos com organismos multilaterais regionais. O Governo Lula tem buscado estreitar o relacionamento com organismos multilaterais que congregam países do Oriente Médio, como a Liga dos Estados Árabes, o Conselho de Cooperação do Golfo e a União do Magrebe Árabe.

Em dezembro de 2002, o Conselho da Liga Árabe admitiu o Brasil como observador. O Presidente Lula foi o primeiro Chefe de Estado brasileiro a discursar no plenário daquela organização, durante a visita que efetuou ao Cairo em dezembro de 2003. O ministro Celso Amorim participou como observador da Cúpula da Liga Árabe em Argel em março de 2005 e esteve presente em Marraqueche, no mesmo mês, para a reunião preparatória da Cúpula América do Sul-Países Árabes. Em abril de 2005, o Secretário-Geral da Liga, embaixador Amre Moussa, efetuou visita oficial ao Brasil. No que respeita ao Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), abriu-se amplo potencial para o aprofundamento de nossas relações com os países-membros daquela organização, a partir da assinatura, durante a cúpula ASPA em Brasília, de acordo-quadro de cooperação econômica entre o Mercosul e o CCG.

A intensificação das relações com o Mundo Árabe tem ocorrido sem prejuízo para o bom relacionamento com o Estado de Israel. Com efeito, ao longo do Governo Lula, tem-se registrado, de igual modo, crescente dinamização nas relações do Brasil com Israel, como se pôde verificar pelos sucessivos recortes no intercâmbio comercial e pela multiplicação de visitas de autoridades do mais elevado nível. Nos últimos dois anos, quatro Ministros de Estado visitaram Israel: o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Luiz Fernando Furlan, o então Ministro das Relações Institucionais Jaques Wagner e o Ministro da Educação Fernando Haddad. Da parte israelense, o atual Primeiro-Ministro Ehud Olmert realizou visita oficial ao Brasil em março de 2005, quando ocupava o cargo de Ministro da Indústria, Emprego e Comércio.

Há boas perspectivas para adensar a cooperação bilateral Brasil-Israel, nos mais diversos campos. Foram assinados recentemente ou se encontram em etapa final de negociação acordos relativos à cooperação bilateral em agricultura, saúde, usos pacíficos do espaço exterior, educação, política industrial e fomento a setores de tecnologia de ponta. Firmou-se, em dezembro de 2005, acordo-quadro com vistas à criação de uma área de livre comércio entre o Mercosul e Israel. Brasil e Israel mantêm ainda iniciativas de cooperação em áreas como aeronáutica civil e militar, irrigação e combate à seca e à desertificação. Em maio de 2005, foi criado mecanismo anual de consultas políticas entre as Chancelarias dos dois países, o qual já se reuniu em duas oportunidades, em Brasília e Jerusalém.

Verificou-se nos últimos anos significativa expansão do intercâmbio comercial do Brasil com o Oriente Médio. No período 2003/2005, registrou-se incremento de aproximadamente 47% no volume total das exportações brasileiras para os países árabes do Oriente Médio.

Ainda no plano comercial, é de notar a importância que tem assumido, de forma mais recente, e com uma pauta de produtos mais diversificada, o intercâmbio com os países do Golfo. O primeiro país na lista dos maiores compradores de produtos brasileiros no Oriente Médio é a Arábia Saudita. As exportações para aquele país registraram US\$ 826 milhões em 2004 e US\$ 1,2 bilhão em 2005, contra US\$ 673 milhões em 2003. Os Emirados Árabes Unidos são o segundo maior comprador de produtos brasileiros entre os países árabes da região do Golfo, tendo nossas exportações atingido em 2005 o patamar de US\$ 727 milhões, contra US\$ 551 milhões em 2003.

O Irã ocupa o segundo lugar como mercado de destino de nossas exportações, com US\$ 968 milhões em 2005, se considerado o conjunto global dos países que conformam o Oriente Médio.

### Questões Pontuais

A partir destas considerações gerais, seria importante destacar algumas questões pontuais de nosso relacionamento com o Oriente Médio, tanto por sua importância para a agenda externa brasileira quanto por sua relevância para a conjuntura política internacional. São elas: a) a situação no Líbano; b) o conflito israelo-palestino; c) as relações com Israel; d) a questão do Iraque; e) o diálogo com o Irã.

### A situação no Líbano

O Brasil congrega o maior número de libaneses e seus descendentes fora daquele país. Estima-se que de seis a oito milhões de pessoas de origem libanesa estejam integradas atualmente à sociedade brasileira. Por outro lado, reside no Líbano contingente populacional expressivo de brasileiros e de libaneses naturalizados ou que possuem familiares no Brasil. Não há cifras precisas sobre o número exato de detentores da nacionalidade brasileira que residem no território libanês, mas se estima que não seja inferior a 20.000 pessoas, boa parte delas espalhada no Vale do Bekaa, região montanhosa próxima à fronteira do Líbano com a Síria.

Com a escalada do conflito militar entre Israel e o Hezbollah, o Brasil sentiu-se diretamente atingido pela violência contra as populações civis no Líbano, que vitimou sete cidadãos brasileiros, inclusive crianças. Tornou-se assim absolutamente necessário, para preservar a vida dos cidadãos brasileiros no Líbano, planejar e executar, em caráter emergencial, ampla operação de retirada de nacionais brasileiros da área. Essa operação, sem precedentes na história do Brasil, conduzida em articulação com o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, além de outros órgãos federais, lideranças da comunidade líbano-brasileira e empresas privadas do setor aéreo, possibilitou a retirada exitosa de mais de três mil brasileiros das zonas de risco no Líbano.

No plano político, em conformidade com sua tradicional defesa dos princípios da solução pacífica de controvérsias, do respeito às decisões emanadas de organizações internacionais e da condenação ao recurso a práticas terroristas, o Governo brasileiro externou, ao longo do conflito, as seguintes posições sobre a crise no Líbano:

- reiteração do repúdio a todas as formas de terrorismo, independentemente de sua alegada justificativa;
- veemente condenação aos ataques do Hezbollah e ao seqüestro de dois militares israelenses;
- firme condenação aos atos desproporcionais de represália que levaram à perda de vidas inocentes entre a população civil, a pesados danos na infra-estrutura libanesa

Missão empresarial acompanhou a delegação brasileira. Como resultado dessa missão exploratória inicial, técnicos da EMBRAPA foram enviados ao Líbano já em novembro. A missão multidisciplinar brasileira de cooperação ao Líbano já apresenta resultados importantes em áreas como agricultura, saúde, educação, formação profissional e saneamento básico, entre outras.

Por iniciativa do Governo francês, na qual esteve direta e pessoalmente envolvido o Presidente Jacques Chirac, foi organizada em Paris, em 25 de janeiro, conferência internacional de doadores para a reconstrução do Líbano ("Paris III"). Sob forma de doações (em torno de 10%), empréstimos em condições favoráveis e financiamento a projetos multidisciplinares, a ajuda financeira prometida ao Governo Siniora em "Paris III" alcançou um total de US\$ 7, 621 bilhões (o que corresponde a 33,9% do PIB libanês e a 18,8% de sua dívida pública), dos quais US\$ 1,2 bilhão será destinado ao apoio do setor privado e ao desenvolvimento econômico, incluindo-se iniciativas de microcrédito. O Brasil, único país latino-americano presente, anunciou, por intermédio do Ministro Celso Amorim, contribuição da ordem de até um milhão de dólares, a ser empregada no financiamento de projetos de cooperação bilaterais com o Líbano. A contribuição brasileira anunciada pelo Ministro das Relações Exteriores situou-se em nível equiparável ao dos aportes empenhados pelo Japão (US\$ 1,67 milhão), Áustria (US\$ 1,3 milhão), Finlândia (US\$ 1,04 milhão), Malásia (US\$ 1 milhão), Coreia do Sul (US\$ 1 milhão) e Portugal (US\$ 0,65 milhão).

### O conflito israelo-palestino

A tradição pacifista do Brasil, sua política externa universalista, a formação harmônica plurirracial da sociedade brasileira e nossa aptidão à promoção da paz e da cooperação entre os povos têm estimulado o Governo brasileiro a elevar seu perfil diplomático no Oriente Médio.

O Brasil acompanha com grande interesse a situação na região, apóia os esforços em prol da paz entre palestinos e israelenses e defende o estabelecimento de Estado palestino independente e soberano, em coexistência pacífica com Israel.

O Brasil tem atuado no sentido de exortar as partes a cumprir as resoluções das Nações Unidas que lhes dizem respeito. O Brasil defende o direito do Estado de Israel de viver em paz e segurança, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas. Da mesma forma, defende o estabelecimento de um Estado Palestino independente, democrático, seguro, coeso e economicamente viável nos territórios ocupados desde 1967. O Brasil mantém firme apoio a todas as iniciativas tendentes a uma retomada das negociações de paz e favoráveis ao estímulo do diálogo direto entre as partes, em conformidade com as Resoluções pertinentes do Conselho de Segurança (em especial as de nos. 242/67 e 338/73) e da Assembleia Geral das

e à deterioração da situação humanitária no território libanês;

- \_ conchamação às partes envolvidas para que fizessem o máximo esforço possível de autocontenção, com vistas, em especial, a preservar as populações civis;
- \_ apoio aos esforços das Nações Unidas em favor de um imediato cessar-fogo na região, bem como da libertação dos soldados israelenses seqüestrados;
- \_ conchamação às partes diretamente envolvidas para a observância dos termos da Resolução 1559 do CSNU - que pediu o desmantelamento de todas as milícias atuantes no Líbano - e para a adoção de medidas conducentes a uma solução duradoura do conflito; e
- \_ exortação à comunidade internacional para que assumisse sua responsabilidade, com vistas ao restabelecimento de ambiente de paz e estabilidade na região.

O Governo brasileiro manteve, nos mais diversos níveis, contatos com lideranças internacionais e autoridades de países da região, da União Européia, dos integrantes permanentes e não-permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, além de organizações multilaterais, buscando colaborar para frear a escalada militar no Líbano.

O Embaixador Extraordinário para o Oriente Médio, Afonso Celso de Ouro Preto, visitou a região em nome do Governo brasileiro. Manteve, com esse objetivo, conversações com autoridades de alto nível de países e organizações regionais (Turquia, Líbano, Israel, ANP, Egito, Liga Árabe e França) sobre a situação no Líbano e nos Territórios Palestinos Ocupados. O Embaixador Ouro-Preto chefiou a delegação brasileira à Conferência Internacional de Doadores sobre o Líbano, realizada em 31 de agosto último, em Estocolmo, por iniciativa do Governo sueco. Na oportunidade, foi anunciada contribuição voluntária brasileira de US\$ 500 mil, destinada a projetos de assistência humanitária do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Líbano.

Em visita realizada a Beirute no dia seguinte ao da entrada em vigor da cessação de hostilidades estabelecida pela Resolução 1701 do CSNU (14 de agosto), o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, além de manter contatos políticos com as principais autoridades do Governo libanês, fez entrega de doação humanitária de quase 15 toneladas de medicamentos, mantimentos e peças de vestuário, coletada com o concurso do Ministério da Saúde e das comunidades líbano-brasileiras de São Paulo.

Em meados de outubro de 2006, missão multidisciplinar integrada por diferentes unidades do Ministério das Relações Exteriores (Agência Brasileira de Cooperação, Departamento de Promoção Comercial, Departamento Cultural) visitou o Líbano a fim de realizar um levantamento prospectivo de áreas e setores de maior potencial para a realização de iniciativas bilaterais de cooperação.

à qual não se pode ficar indiferente, e que só poderá ser resolvida com perseverança, pela via da negociação, em clima de respeito mútuo.

O Governo brasileiro está disposto, caso as partes diretamente envolvidas no conflito julguem conveniente, a prestar sua contribuição ao processo de paz israelo-palestino. Não há intenção, por parte do Brasil, de assumir posicionamentos parciais, mas sim de, com base em sua postura externa, e valendo-se do bom entendimento alcançado pelo Governo e sociedade brasileiros, tanto com as autoridades palestinas quanto com as israelenses, contribuir para um melhor entendimento entre as partes.

Em 2005, o Brasil manifestou às partes e ao chamado Quarteto (EUA, União Européia, Rússia e Secretaria-Geral da ONU) seu interesse em participar mais ativamente do processo de paz, em conjunto com outros países em desenvolvimento de projeção similar, a exemplo, entre outros, de seus parceiros no Fórum de Diálogo IBAS (Índia e África do Sul). Essa disposição foi adiantada pelo Ministro Celso Amorim às autoridades israelenses durante a visita do Chanceler brasileiro a Israel, em maio de 2005, e reiterada pelo Embaixador Ouro-Preto, em dezembro daquele ano, ao Presidente Mahmoud Abbas e ao então Chanceler palestino Nasser al Kidwa.

No que concerne ao relacionamento com a Autoridade Nacional Palestina, caberia registrar o envio de importante delegação às eleições presidenciais palestinas de janeiro de 2005, co-chefiada pelo Ministro Sepúlveda Pertence, então Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, e pelo então Secretário Nacional de Direitos Humanos, Deputado Nilmarírio Miranda. Fizeram parte da delegação o Embaixador Afonso Celso de Ouro-Preto, parlamentares e representantes da comunidade árabe-palestina no Brasil.

Em janeiro de 2006, o Governo brasileiro enviou nova delegação de observadores às eleições legislativas palestinas, integrada, como a anterior, pelo Embaixador Ouro-Preto, parlamentares e diplomatas. O Coordenador-Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) também participou dessa delegação, tendo transmitido a seus interlocutores palestinos a disposição do Governo brasileiro de avançar no exame de frentes de cooperação nas áreas de educação, intercâmbio universitário e aprofundamento do diálogo político.

O Governo brasileiro entende que o oferecimento de cooperação técnica e de ajuda bilateral ao Governo e sociedade palestinos reveste-se de particular importância. Várias frentes de colaboração técnica com a ANP têm sido examinadas e exercícios de prospeção de informações sobre potenciais campos de cooperação (educação, agricultura no semi-árido, combate à pobreza e à fome, bolsa de estudos para diplomatas palestinos no Instituto Rio Branco, intercâmbio universitário) têm sido realizados.

Nações Unidas referentes aos direitos do povo palestino. O Brasil tem expressado seu apoio a todas as iniciativas regionais e internacionais favoráveis a uma retomada das negociações, como a Iniciativa Árabe de Paz de Beirute (2002), os entendimentos alcançados na Conferência de Madri (1991), os Acordos de Oslo (1993) e o chamado Mapa do Caminho para a Paz (2003).

A construção do “Muro da Separação” entre Israel e o território palestino da Cisjordânia, o qual, em vários trechos, ultrapassa a “Linha Verde” criada pelo Armistício entre Israel e a Jordânia em 1949, foi condenada pelo Governo brasileiro, que votou favoravelmente à aprovação da Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas que encaminhou a “Questão do Muro” à consideração da Corte Internacional de Justiça. Em julho de 2004, foi aprovada pela AGNU resolução, com apoio brasileiro, que reafirmou parecer da Corte Internacional de Justiça, segundo o qual a construção do muro viola o Direito Internacional.

No tocante a Jerusalém, o Brasil adota diretriz tradicional de defesa do cumprimento das Resoluções das Nações Unidas sobre a matéria, as quais rejeitam a modificação unilateral, por Israel, do status da cidade, não a reconhecem como capital do Estado judaico e reafirmam a ilegalidade da decisão israelense de impor suas leis, jurisdição e administração a Jerusalém Oriental. O Brasil acredita que deve ser encontrada solução justa para a questão dos refugiados palestinos, com a implementação de um sistema complementar de compensações financeiras.

O Brasil tem acompanhado com preocupação os desdobramentos recentes do conflito israelo-palestino, em especial no que concerne ao quadro de crise humanitária nos Territórios Palestinos Ocupados, particularmente em Gaza, agravado pela suspensão da ajuda financeira e técnica previamente prestada pelos EUA, União Européia, Canadá e Japão à Autoridade Nacional Palestina. O Governo brasileiro crê que uma solução definitiva para o conflito só poderá ser alcançada mediante o diálogo direto entre as partes, e não por imposições ou iniciativas unilaterais. O Brasil continua a prestar firme apoio aos esforços da comunidade internacional com vistas a persuadir todos os setores do Governo palestino a reconhecer o direito à existência do Estado de Israel, renunciar ao uso da violência contra a população civil israelense e respeitar os entendimentos prévios já alcançados no âmbito do processo de paz.

O Brasil sabe que a crise israelo-palestina tem lugar em uma área particularmente complexa e sensível e que essa crise constitui um dos principais fatores que ameaçam hoje a paz e cooperação mundiais. Naquela região, o Brasil não vê um conflito de civilizações ou de religiões, mas identifica um embate de nacionalismos por fatores econômicos e pela posse de uma terra muito especial, com inconfundível significado histórico-cultural. Presencia-se uma grave crise de perfil crônico, frente



Caberia finalmente mencionar que, durante Conferência realizada em Estocolmo, em 1º de setembro passado, para tratar da questão humanitária nos Territórios Palestinos Ocupados, delegação brasileira, chefiada pelo Embaixador Ouro Preto, anunciou contribuição voluntária do Brasil, da ordem de US\$ 500 mil, para projetos humanitários nos territórios palestinos conduzidos pelo PNUD.

Em Nota à Imprensa divulgada logo após o anúncio do Acordo de Meca, firmado em 08/02/2007, que lançou as bases para a constituição de um Governo de União Nacional na Autoridade Nacional Palestina, o Governo brasileiro manifestou a expectativa de que aquela iniciativa contribuisse para o arrefecimento das tensões e disputas internas entre as principais forças políticas palestinas (Hamas e Fatah) e pudesse vir a facilitar a retomada do processo de paz israelo-palestino e a desejada normalização do relacionamento da ANP com a comunidade internacional, em conformidade com os acordos já firmados entre as partes, inclusive os Acordos de Oslo, e o Mapa do Caminho para a Paz. Em Nota posterior, divulgada por ocasião da aprovação pelo Conselho Legislativo Palestino do Governo de União Nacional, o Governo brasileiro expressou satisfação pelo fato e externou sua confiança em que a iniciativa, fruto de intenso diálogo entre as principais forças políticas palestinas, estimulasse o relançamento das negociações de paz. O Itamaraty manifestou ainda sua plena disposição a apoiar iniciativas de cooperação voltadas à melhoria da condições de vida nos territórios palestinos e ao fortalecimento e consolidação das instituições locais.

### Relações com Israel

O relacionamento com Israel tem-se adensado, sem prejuízo das relações mantidas com os países árabes. Foram assinados recentemente, ou se encontram em etapa final de negociação, acordos relativos à cooperação bilateral em agricultura, saúde, usos pacíficos do espaço exterior, educação, política industrial, aeronáutica civil e militar e fomento a setores de tecnologia de ponta. Em dezembro de 2005, foi assinado acordo-quadro com vistas à criação de uma área de livre comércio entre o Mercosul e Israel.

No plano político, diferenças de percepção, particularmente no que se refere à questão palestina, bem como a crise do petróleo e o boicote árabe, afetaram adversamente as relações bilaterais a partir de 1973. Nos anos 90, porém, a retomada das negociações entre israelenses e palestinos, com a realização da Conferência de Madri e a firma dos Acordos de Oslo, começou a romper o relativo isolamento internacional a que Israel vinha sendo submetido desde a década de 70. Desde então, multiplicaram-se as trocas de visitas entre autoridades brasileiras e israelenses.

Nos últimos anos, tem-se verificado nítida intensificação dos contatos oficiais

entre o Brasil e Israel. Em março de 2005, o atual Primeiro-Ministro e então Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Indústria, Comércio e Emprego, Ehud Olmert, visitou o Brasil. O Vice-Ministro da Defesa Ze'ev Boim também esteve no país em abril. Pela parte brasileira, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, realizou visita oficial a Israel em maio de 2005, dez anos depois daquela feita pelo Chanceler Luiz Felipe Lampreia, em 1995. Em julho de 2005, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, visitou Israel. Em novembro, o então Ministro das Relações Institucionais Jaques Wagner compareceu, em Jerusalém, às cerimônias de homenagem ao décimo aniversário da morte do Primeiro-Ministro Yitzhak Rabin. Em dezembro de 2005, teve lugar, em Brasília, a I Reunião de Consultas Políticas entre as Chancelarias brasileira e israelense, mecanismo criado com base em Memorando de Entendimento assinado durante a visita do Ministro Celso Amorim. A II Reunião de Consultas Políticas foi realizada em Jerusalém, em novembro de 2006, tendo a delegação brasileira sido chefiada pelo Subsecretário-Geral Político II do Itamaraty, Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, designado pouco antes para chefiar a Missão diplomática do Brasil em Tel Aviv.

O lançamento, a partir de julho de 2006, das operações militares "Chuvas de Verão" e "Chuvas de Outono", justificada pelo lado israelense para resgatar soldados sequestrado na faixa de Gaza e reprimir o contrabando de armas e munições pela fronteira tríplice Egito-Israel-Gaza, agravaram a já difícil situação sócio-econômica da população daquele território palestino, com o bombardeio e destruição de boa parte da infra-estrutura local de energia e transporte. Tais ações, que causaram ainda grande número de vítimas entre a população civil palestina, prejudicaram sobremaneira a perspectiva de retomada das negociações de paz israelo-palestinas.

A posição do Governo Brasileiro, tanto no caso da espiral de violência em Gaza como no do conflito militar Israel/Hezbollah, consistiu, em todo o momento, em conclamar as partes a se aterem ao direito humanitário internacional e a demonstrar a máxima contenção possível, de forma a atenuar as tensões e evitar uma maior escalada das hostilidades.

### A questão do Iraque

A posição brasileira em relação à crise no Iraque, antes e após sua invasão em 2003, refletiu nossa postura tradicional de defesa de princípios como o da responsabilidade do CSNU nos assuntos relativos à paz e à segurança internacionais e o da não-interferência em assuntos internos de países soberanos.

Como medidas concretas, o Brasil afastou-se do Iraque após a Primeira Guerra do Golfo, com prejuízos consideráveis para suas relações econômicas e comerciais

com aquele país; desativou, em 1990, sua Embaixada em Bagdá; e cumpriu todas as resoluções da ONU relativas ao embargo ao Iraque.

O Governo brasileiro defende uma posição em que o consenso seja alcançado entre as diferentes facções políticas, religiosas e étnicas do Iraque, na esperança de que o regime político seja capaz de manter a integridade territorial do país e viabilize uma participação equitativa e condizente dos diversos componentes da sociedade iraquiana em sua administração.

No que concerne à reativação das relações bilaterais, o Governo brasileiro criou um Núcleo de Assuntos Iraquianos junto à Embaixada em Amã, em 1º de agosto de 2004, como parte de um processo para reabrir sua Embaixada em Bagdá, quando as condições políticas e de segurança no país o permitirem.

Em 6 de abril de 2005, o Chefe do Núcleo foi acreditado como Encarregado de Negócios junto à Chancelaria iraquiana, com residência temporária em Amã. Em 5 de janeiro de 2006, o Governo iraquiano notificou a concessão de "agrément" ao Embaixador Bernardo de Azevedo Brito para o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Iraque, com residência igualmente em Amã. Ele assumiu o cargo no início de setembro último.

O Brasil acompanhou com atenção a realização da "Conferência de Doadores para o Iraque", realizada em Madri, em outubro de 2003, tendo em vista a perspectiva de reconstrução do Iraque e a recuperação dos laços econômicos e comerciais preexistente entre o Brasil e aquele país. No mesmo sentido, tem interesse na futura retomada das negociações da expressiva dívida iraquiana com o Brasil.

Em maio de 2005, em sua primeira viagem ao exterior após a assunção do Governo provisório, o Presidente Talabani chefiou a delegação iraquiana presente à Cúpula América do Sul – Países Árabes, em Brasília. Na Declaração de Brasília, os países signatários enfatizaram o respeito à unidade, à soberania e à independência do Iraque e à não-interferência em seus assuntos internos.

Em junho de 2005, o Ministro Celso Amorim participou, em Bruxelas, de Conferência Internacional sobre o Iraque, organizada pelo Conselho da União Européia e pelo Governo dos Estados Unidos da América. A Conferência de Bruxelas constituiu oportunidade para a discussão, entre representantes do Governo iraquiano e cerca de 80 representantes de países e de organizações internacionais, sobre temas como reconstrução econômica, processo político e situação institucional iraquianas.

### O diálogo com o Irã

As relações bilaterais Brasil-Irã - estabelecidas em 1903 - são permanentemente promissoras, já que se situam aquém das potencialidades dos dois países. Ambos têm presença importante em suas respectivas regiões e há grandes possibilidades

de intensificação da cooperação econômica e do intercâmbio comercial.

O Governo iraniano define como prioritárias as suas relações com a América Latina, as quais pretende venham a servir de modelo para o relacionamento Sul-Sul. Nesse sentido, Brasil e Irã institucionalizaram, desde 2000, um mecanismo periódico de consultas políticas bilaterais em alto nível, alternadamente, em Brasília e Teerã, que têm contribuído para o considerável adensamento das relações entre os dois países em vários campos.

O Irã objetiva incrementar as relações com o Brasil em função de afinidades que identifica no Governo brasileiro com relação a diversos pontos da agenda global. Tal postura se define como uma similar posição de independência na tomada de decisões, tanto no plano regional como internacional. A mudança de Governo, no Irã, em 2005, que passou das mãos de um reformista para as de um ultraconservador, não alterou essa disposição.

No campo econômico, a concordância sobre o direito ao desenvolvimento e à utilização socialmente proveitosa de seus recursos naturais aproximam o Irã e o Brasil, abrindo possibilidades para uma maior cooperação mútua. Na busca do progresso social, os dois países têm um amplo espaço de complementação a explorar, caminho que vem sendo progressivamente trilhado, mas que requer ainda maior empenho e criatividade. Países de desenvolvimento econômico mediano, Brasil e Irã apresentam possibilidades de complementaridade que permitem visualizar perspectivas de maior cooperação.

O Irã é um dos maiores parceiros comerciais do Brasil em todo o Oriente Médio, absorvendo cerca de 20% das exportações brasileiras para a região. As exportações brasileiras para o mercado iraniano atingiram, em 2005, mais de US\$ 950 milhões e nos meses de janeiro e fevereiro de 2006, US\$ 180 milhões, correspondendo a 28% das exportações brasileiras para a região.

No que se refere ao programa nuclear iraniano, o Brasil sempre valorizou a solução multilateral do assunto no âmbito da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e tem apoiado o trabalho da Agência na verificação do cumprimento das obrigações do Irã decorrentes do seu acordo de salvaguardas (TNP). Tendo em vista que a AIEA ainda não pôde confirmar a natureza exclusivamente pacífica do programa nuclear iraniano, o Brasil espera que o Irã estenda a mais completa e transparente cooperação à Agência.

Em 24 de março de 2007, face à recusa iraniana em atender as determinações da Resolução CSNU/1.737/06 – que exigira a suspensão total das atividades de enriquecimento e reprocessamento de urânio e dos trabalhos ligados a projetos de água pesada -, o Conselho de Segurança aprovou nova resolução (nº 1.747/07), que ao mesmo tempo amplia a natureza das sanções impostas a Teerã e colocou em relevo, como anexo ao texto principal, proposta apresentada por Alemanha, China,

Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia, que pretende embasar, no longo prazo, o Irã com vistas a seu engajamento construtivo em diálogo que garanta a natureza pacífica de seu programa nuclear. Deixam-se, assim, abertas as portas de negociação para superar a atual crise de forma satisfatória para ambos os lados. Em sentido idêntico, há que ressaltar o caráter de reversibilidade das sanções, que deverão ser suspensas tão logo o Irã passe a cumprir as determinações do Conselho de Segurança.

O Decreto nº 6.045, de 21 de fevereiro de 2007, incorporou ao ordenamento jurídico brasileiro as obrigações previstas na íntegra da Resolução CSNU/1.737/06. Novo decreto será elaborado para adicionar as obrigações previstas na Resolução CSNU/1.747/07.

#### **Considerações Finais**

É com esse intuito – atingir a estabilidade e a paz no Oriente Médio – que o Brasil busca a solução pacífica dos litígios, condenando ações não amparadas na ordem jurídica internacional, sejam elas perpetradas por qualquer Estado ou entidade. O estabelecimento de diálogo franco com Israel e com os países árabes é fundamental para um reconhecimento ainda maior do Brasil como interlocutor apto a contribuir para sensibilizar as partes sobre a necessidade da resolução pacífica de suas diferenças.

A interrupção deste diálogo contrariaria, sobretudo em momentos de crise, aquela perspectiva, atizando ânimos e sensibilidades, com o efeito oposto às expectativas de paz perseguidas pelos parceiros internacionais. Assim, as iniciativas do Governo brasileiro, no plano bilateral ou multilateral, têm por finalidade precípua a construção de uma agenda positiva que amplie a visão da comunidade internacional de que o Oriente Médio constitui igualmente uma área de amplas potencialidades de intercâmbio e colaboração.

Na sequência dos trágicos acontecimentos destes últimos meses na região, e, em particular, no Líbano e nos territórios palestinos, o Governo brasileiro aspira a que sejam redobrados os esforços da comunidade internacional e as iniciativas de todos os seus participantes, através de seus respectivos canais de atuação, para consolidar uma paz abrangente e duradoura no Oriente Médio.

\*\*\*